

Vi-TECH

WWW.ABIMED.ORG.BR | EDIÇÃO 10 - NOVEMBRO/2024

JORNADA DE
GOVERNANÇA E
COMPLIANCE

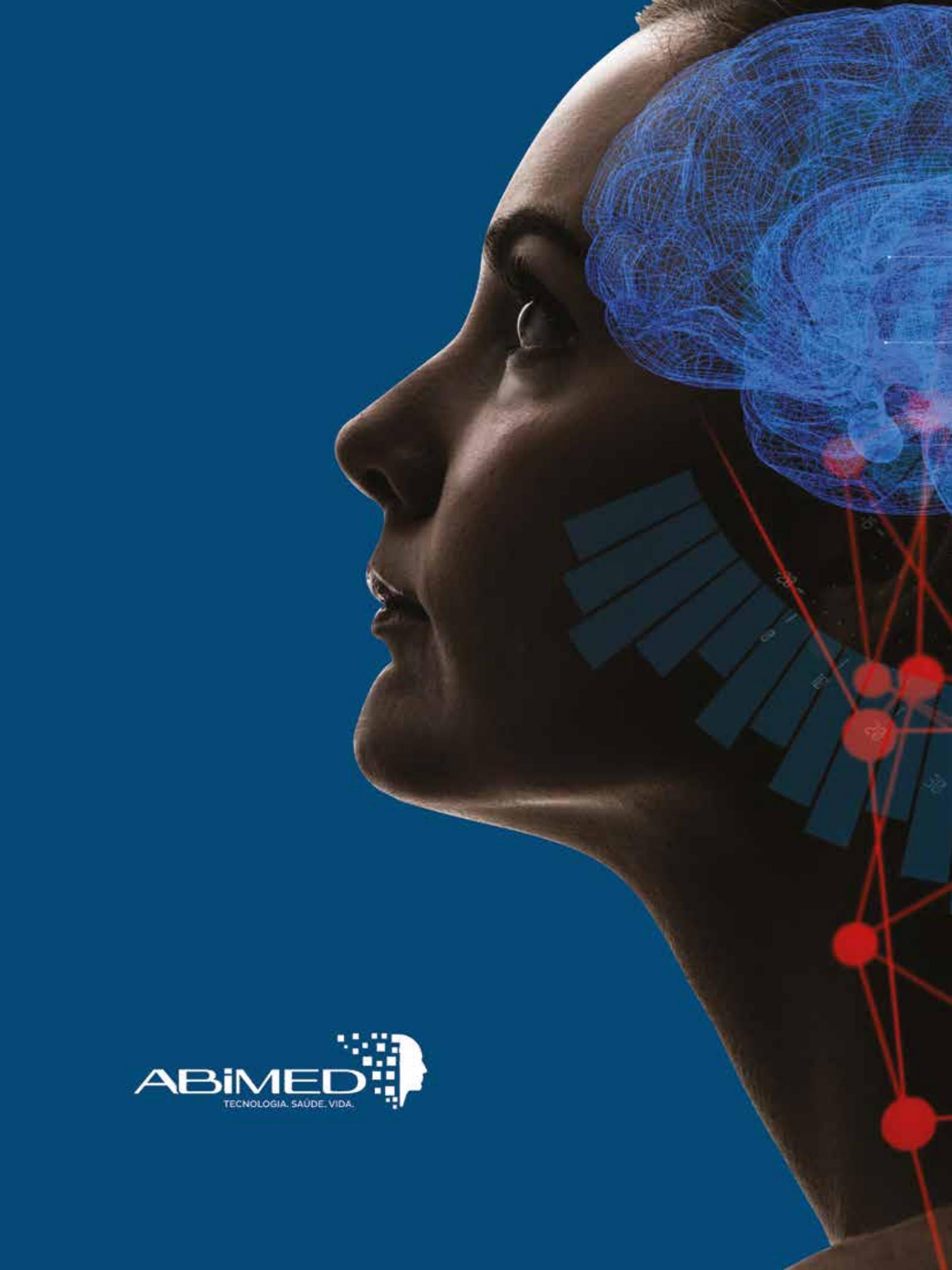
CONVÊNIO ICMS
01/99

Vida e Tecnologia



ESG NA INDÚSTRIA DA SAÚDE

UM COMPROMISSO COM A
SUSTENTABILIDADE E O FUTURO
DO SETOR



ABiMED
TECNOLOGIA. SAÚDE. VIDA.



ÍNDICE

06_ PALAVRA DO PRESIDENTE

Rumo à transformação

08_ REFORMA TRIBUTÁRIA

O Peso da Reforma Tributária sobre a Saúde

14_ TRANSPARÊNCIA

Governança e Compliance

22_ GOVERNO

Parcerias público-privadas para sistema mais sustentável

26_ AÇÕES

Convênio ICMS 01/99



40



22



30_ **PESQUISA**

Fusões e Aquisições no Setor de Serviços de Saúde e os reflexos no Mercado de Dispositivos Médicos

40_ **CAPA: ESG**

Um olhar para o ESG na Indústria da Saúde

RUMO À TRANSFORMAÇÃO



FERNANDO SILVEIRA FILHO

No atual cenário, práticas ESG (sigla para Environmental, Social and Governance) não são apenas uma tendência, mas uma necessidade vital para empresas que buscam relevância, sustentabilidade e resiliência em um mercado cada vez mais exigente.

Na Saúde, essa prática assume um papel ainda mais estratégico e ético. Nós, da ABIMED, entendemos que estamos na linha de frente do impacto positivo que práticas ESG podem ter, não apenas nas operações internas das nossas associadas, mas na vida dos pacientes, no bem-estar da sociedade e no equilíbrio do meio ambiente.

E isso pode se traduzir em várias frentes: desde a minimização do impacto ambiental das operações, passando por uma cultura que preze pela diversidade na empresa, até a implementação de processos transparentes que assegurem a integridade em todas as etapas do negócio. Investir em ESG significa adotar uma visão de longo prazo, na qual o valor econômico é inseparável do impacto social e ambiental.

Na missão de disseminar cada vez mais boas práticas para o setor, essa edição da Vi-Tech traz o especial “Um olhar para o ESG na Indústria da Saúde”. Nesse espaço, conversamos com diversos players para saber sobre as práticas que têm sido adotadas, os desafios da implementação dessas ações – que abrange tanto questões sobre a cultura como investimento –, bem como a importância e valor que o ESG traz para a indústria.

Outra pauta que não poderia ficar de fora des-

sa edição, e que tem sido uma bandeira muito defendida pela ABIMED ao longo de 2024, é a Reforma Tributária, que representa um marco significativo para o segmento de dispositivos e equipamentos médicos. Desde o princípio, nos posicionando para haver uma interlocução muito clara e transparente com todos os atores envolvidos, inclusive ministérios e o próprio Congresso Nacional, no sentido de entender a essencialidade do setor da saúde. Esperamos que a Reforma Tributária traga a possibilidade de segurança jurídica para que os investimentos ocorram, reconhecendo a essencialidade do setor.

Nesse sentido, trazemos uma entrevista com o senador Izalci Lucas (PL-DF), coordenador do grupo de trabalho criado para tratar da Reforma Tributária. À Vi-Tech, o senador confessa que não achou correto a forma rápida que foi votado o PLP 68/2024 na Câmara dos Deputados. “Havia 700 emendas que nem sequer foram lidas pelos deputados no dia da votação. É um tema tão importante, que vai afetar financeiramente a todos nós e merece ser bem discutida”, afirma.

Esta edição também traz o estudo “Fusões e Aquisições no Setor de Serviços de Saúde e os reflexos no Mercado de Dispositivos Médicos” realizado pela In3 a pedido da ABIMED. Segundo a pesquisa, em 2023, o setor de saúde foi responsável por 6% do total de operações de M&A no Brasil.

O estudo pontua que, embora o cenário para M&A seja promissor, fatores como o aumento do custo de capital, influenciado pela alta da taxa Selic, apontam para um possível impacto nas gran-



des operações.

A indústria de dispositivos médicos, diretamente impactada pela demanda hospitalar e indiretamente pelo contexto de fusões e aquisições de seus clientes, tem reagido bem a esses números. Entre 2019 e 2024, o consumo aparente de dispositivos médicos no Brasil – índice desenvolvido pela ABIMED / T4 Health – deve crescer 29%, alcançando um valor projetado de 7,96 bilhões de dólares até o final deste ano. Para 2025, espera-se um acréscimo de 730 milhões de dólares nesse consumo.

FERNANDO SILVEIRA FILHO
PRESIDENTE-EXECUTIVO DA ABIMED

O PESO DA **REFORMA TRIBUTÁRIA** *SOBRE A SAÚDE*

Mudanças no sistema de impostos ameaçam o setor de dispositivos médicos e ajustes são necessários para evitar aumento de custos e garantir acesso a tecnologias essenciais



A REFORMA TRIBUTÁRIA ESTÁ AO CENTRO DAS DISCUSSÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO BRASIL, E O IMPACTO PREVISTO SOBRE O SETOR DE SAÚDE É UM DOS PONTOS MAIS CRÍTICOS. COM A PROPOSTA DE SIMPLIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO COMPLEXO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO, O GOVERNO BUSCA REDUZIR A BUROCRACIA E A CUMULATIVIDADE DOS IMPOSTOS, ALÉM DE UNIFICAR DIVERSAS COBRANÇAS EM UMA ÚNICA ALÍQUOTA.

No entanto, a nova estrutura pode gerar efeitos adversos para a Saúde, especialmente para o setor de dispositivos médicos, que enfrenta o risco de aumento de custos e de acesso limitado a tecnologias essenciais.

Atualmente, a proposta em análise no Senado visa consolidar tributos como PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um único imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços),

além da criação de um imposto seletivo para bens considerados nocivos, como tabaco e álcool. A reforma também sugere a implementação de uma CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), focada nos tributos federais. Embora a simplificação fiscal seja desejada por muitos setores da economia, a carga tributária incidente sobre dispositivos médicos pode ser aumentada se certos benefícios fiscais não forem mantidos.

Impactos para o Setor de Dispositivos Médicos e a Saúde da População

Um dos principais desafios do setor de dispositivos médicos é a possibilidade de eliminação dos incentivos fiscais atualmente vigentes. Hoje, diversos dispositivos, equipamentos e insumos de saúde gozam de uma tributação reduzida, o que permite a ampliação do acesso a tecnologias de ponta, fundamentais para diagnósticos e tratamentos mais específicos. Na proposta da reforma, muitas dessas isenções podem ser eliminadas ou reduzidas, impactando diretamente os custos e o acesso a esses produtos.

Para os hospitais e clínicas que dependem de equipamentos de alta tecnologia para oferecer diagnósticos precisos e tratamento de qualidade, a mudança poderá significar aumento de custos. Isso reflete diretamente na saúde pública e privada, uma vez que esses aumentos possivelmente serão repas-

sados ao paciente. Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS), que já lida com recursos limitados, poderá enfrentar dificuldades adicionais para manter o acesso da população aos procedimentos mais complexos.

Reforma Tributária e Saúde: Senador Izalci Lucas alerta para distorções e defende correções urgentes

Para o senador Izalci Lucas, coordenador do grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos, a reforma tributária é uma necessidade histórica, mas precisa ser abordada com cautela. Ele lembra que o diálogo em torno dessa reforma é essencial para assegurar que o novo sistema tributário reflita as demandas da sociedade e não prejudique setores sensíveis, como o de Saúde.

Com experiência em contabilidade, Lucas aponta que o processo de aprovação da reforma na Câmara foi muito rápido, com mais de 700 emendas pouco debatidas, e que isso coloca o Senado numa posição de corrigir o que for necessário para evitar consequências adversas.

O senador ressalta que, diferentemente de outros segmentos, a Saúde precisa de tratamento tributário diferenciado devido ao seu impacto direto na qualidade de vida da população. "Enquanto alguns medicamentos foram contemplados com alíquotas reduzidas de até 60%, os dispositivos médicos ficaram em sua maioria de fora dessas reduções. Para o senador, isso cria um cená-

rio preocupante, já que esses dispositivos são fundamentais para o diagnóstico e o tratamento de doenças, especialmente em uma rede pública que lida com restrições financeiras e depende de equipamentos tecnológicos para manter os atendimentos.

“O sistema de saúde foi tratado de forma diferenciada na Reforma Tributária. Muitos medicamentos foram contemplados com redução de alíquotas de até 60%, mas muitos dos dispositivos médicos ficaram de fora dessas reduções. Isso pode impactar de maneira significativa no mercado e para a população”.

Lucas também alerta para o impacto das novas alíquotas. Em um mercado que depende fortemente da importação de insumos e equipamentos, um aumento na carga tributária para dispositivos médicos pode se traduzir em elevação de custos operacionais, afetando tanto os hospitais quanto o Sistema Único de Saúde (SUS). “É um desestímulo muito grande, você colocar alíquota, seja de 26,5% ou seja de 28% - esse incremento - a este setor, que grande parte dele é importado. Acaba o estímulo à pesquisa, ao fornecimento, importação”.

Segundo o senador, é urgente corrigir essas distorções e garantir que os dispositivos mais essenciais sejam contemplados por uma tributação reduzida, evitando uma escalada de preços que poderia limitar o acesso da população a tratamentos e tecnologias de ponta. “Estamos corrigindo essas distorções, trazendo, principalmente os pontos mais essenciais que venham a integrar as reduções de alíquotas, para que o setor não seja tão prejudicado”.



Senador Izalci Lucas

Distorções na tributação de medicamentos

Outro exemplo das distorções geradas pelo novo regime, segundo o senador, é a desigualdade tributária entre medicamentos semelhantes oferecidos pelo programa Farmácia Popular, que traz reduções de impostos variáveis entre medicamentos de mesma classe e princípio ativo. Lucas aponta que a lógica das alíquotas, como está, desvirtua o propósito da reforma ao tratar medicamentos iguais de forma diferenciada.

“Medicamentos da farmácia popular, como exemplo, para diabetes, colesterol, hipertensão, são de uso contínuo e de preços módicos, razoáveis. Mas na tabela do

Governo, há medicamentos iguais, de mesmo princípio ativo e mesma recomendação, mas com diferentes descontos e impostos: um tem 100% de desconto, outro com 60% e outros, zero. Os setores procuraram explicação e nós também indagamos o Governo, mas não há uma lógica nisso. Essa é uma distorção que contraria o espírito da reforma tributária.”

O senador critica essa diferenciação, argumentando que a reforma não deve, ou não deveria ao menos, ser um fator de indução de comportamentos empresariais. “Ou seja, não posso fazer opção por um determinado setor ou local de aplicação da energia empresarial por causa do tributo. O tributo deve ser neutro na sua incidência sobre a atividade empresarial. Este é um caso típico de que o tributo pode distorcer a competição, tirar o incentivo da pesquisa dentro e fora do Brasil e atingir a população mais carente”.

Locação de equipamentos médicos

Outro ponto crítico destacado por Izalci Lucas é a questão da locação de equipamentos médicos. No atual texto da reforma, a redução de alíquota para equipamentos hospitalares é prevista apenas para a venda, sem contemplar o aluguel. Para o senador, essa omissão é uma “distorção” que precisa ser corrigida, já que a locação é uma prática crescente na gestão de saúde, tanto pública quanto privada.

“Isso é importante porque o aluguel é uma forma mais moderna e vantajosa. Imagina uma Prefeitura, quando vai montar um hos-

pital. Ao alugar o equipamento médico, além de pagar menos, ela não imobiliza o produto e, precisando de uma assistência, uma garantia, uma manutenção, a proprietária é responsável por isso. E, no último caso, ela pode retirar e trocar o equipamento”, finaliza.

Ele exemplifica essa necessidade com a experiência durante a pandemia de Covid-19, em que muitos municípios e hospitais precisaram adquirir respiradores em grande quantidade. Caso esses equipamentos fossem locados, o custo seria consideravelmente menor, e as instituições não teriam que lidar com o ônus de manutenção e eventual substituição.

Por fim, Izalci Lucas acredita que o Senado tem a missão de corrigir essas distorções e garantir uma reforma tributária que seja, ao mesmo tempo, eficiente e justa. Ele reforça que os ajustes discutidos na Comissão de Assuntos Econômicos não apenas buscam aliviar a carga sobre o setor de dispositivos médicos, mas também criar uma estrutura que preserve a competitividade e a sustentabilidade do setor de saúde como um todo.

A PERSPECTIVA DA ABIMED

“O aumento nos custos de dispositivos médicos pode diretamente impactar o acesso a cuidados essenciais”, afirma Fernando Silveira Filho, presidente da ABIMED

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA PARA SAÚDE (ABIMED), REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE EXECUTIVO FERNANDO SILVEIRA FILHO, DESTACOU, DURANTE A DISCUSSÃO SOBRE A REFORMA TRIBUTÁRIA, A IMPORTÂNCIA DE AJUSTES ESPECÍFICOS PARA O SETOR DE DISPOSITIVOS MÉDICOS. A ENTIDADE, QUE REÚNE CERCA DE 200 EMPRESAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, REPRESENTA APROXIMADAMENTE 65% DO MERCADO BRASILEIRO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS, MOVIMENTANDO UMA FATIA CONSIDERÁVEL DE UM SETOR AVALIADO EM 60 BILHÕES DE REAIS. CONTUDO, A ABIMED ALERTA QUE O ATUAL CENÁRIO DE TRIBUTAÇÃO, CASO MANTIDO, PODE AMPLIAR UM PROBLEMA JÁ EXISTENTE: UM GAP TECNOLÓGICO ESTIMADO EM CERCA DE 8 ANOS ENTRE O BRASIL E ECONOMIAS MAIS AVANÇADAS.

“A reforma tributária traz um risco iminente de aumento de tributos para o setor de dispositivos médicos”, alertou Silveira Filho. Segundo ele, mais de um terço dos cerca de 100 mil

produtos regulamentados no país terão alíquotas máximas, conforme estabelece o Projeto de Lei Complementar 68 (PLP 68), aprovado pela Câmara dos Deputados. Para a ABIMED, a solução ideal seria a isenção total das alíquotas de tributação para o setor, acompanhando a prática de nações da OCDE, onde a carga tributária sobre dispositivos médicos é baixa ou mesmo nula. “Essa isenção é particularmente importante em um país como o Brasil, onde o Sistema Único de Saúde (SUS) atende cerca de 70% da população e onde o aumento nos custos de dispositivos médicos pode diretamente impactar o acesso a cuidados essenciais”, afirmou.

Outro ponto abordado pelo presidente da ABIMED é a questão das listas de produtos desonerados. Embora a Emenda Constitucional 132 de 2023 estabeleça uma redução de 60% na alíquota para todos os itens de saúde, a



proposta limita-se a uma lista específica de produtos, o que, segundo Silveira Filho, tende a se tornar obsoleta ao longo do tempo, dificultando a atualização e ampliando o atraso tecnológico. Ele defende que essa redução seja aplicada a todos os dispositivos médicos, garantindo uma política de desoneração mais abrangente e menos burocrática.

Além disso, a inovação no setor de dispositivos médicos é outro aspecto que preocupa a ABIMED. “O Brasil ocupa, consistentemente, posições modestas no ranking mundial de inovação, oscilando entre o 43º e 45º lugar”, lembrou Silveira Filho. Embora o país conte com uma produção intelectual significativa, ele observa que “falta infraestrutura e incentivos para que essa inovação se traduza em produtos e serviços aplicados”.

A reforma tributária, em sua visão, “deveria ser um instrumento para atrair capital e promo-

ver a segurança jurídica, essencial para um setor que precisa de investimentos de longo prazo”. Entretanto, como está, a reforma pode fazer com que o país perca competitividade. Silveira Filho explica que, enquanto cinco fábricas são instaladas em média por ano na América do Sul, três acabam sendo destinadas ao México, uma à Colômbia e apenas uma é alocada no Brasil, agravando o já preocupante gap tecnológico.

O impacto econômico do setor, de acordo com dados internos da ABIMED, representa aproximadamente 0,2% a 0,3% da arrecadação tributária total do Brasil, o que, segundo Silveira Filho, demonstra que uma isenção ou redução significativa para dispositivos médicos teria pouco impacto na arrecadação geral do país.

“Uma política tributária onerosa para o setor pode limitar o desenvolvimento do sistema de saúde, reduzir a acessibilidade de tecnologias inovadoras e afastar investimentos, criando uma barreira para o acesso da população a tratamentos de qualidade”.

A ABIMED, ao lado de outras entidades do setor de dispositivos médicos, pretende acompanhar de perto as próximas etapas da tramitação do PLP 68 no Senado. A proposta é que se chegue a uma tributação mais justa e menos onerosa, “de modo que o setor de dispositivos médicos possa continuar crescendo e inovando, com foco no bem-estar da população brasileira e no desenvolvimento sustentável do setor de saúde”, finaliza.

TRANSPARÊNCIA



GOVERNANÇA E COMPLIANCE



ABIMED lança, durante a 1ª Jornada de Governança e Compliance, o Guia LGPD e especialistas comentam sobre a importância de parâmetros de conduta e boas práticas para o setor

NO MÊS DE OUTUBRO, A ABIMED, EM PARCERIA COM A FGV ETHICS E O ESCRITÓRIO SPLAW – SPIEWAK | CARNEIRO ADVOGADOS, E APOIO DO CONSULADO BRITÂNICO EM SÃO PAULO, ORGANIZOU A 1ª JORNADA DE GOVERNANÇA E COMPLIANCE. A JORNADA CONTOU COM A PRESENÇA DE RENOMADOS PALESTRANTES DE DIVERSOS SETORES. NA OCASIÃO, A ASSOCIAÇÃO LANÇOU O GUIA LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA EQUIPAMENTOS E DISPOSITIVOS MÉDICOS.

A cartilha, em formato digital, apresenta orientações gerais de como lidar com a proteção de dados em equipamentos e dispositivos médicos que podem armazenar informações sensíveis e dados pessoais, para garantir a privacidade e segurança dos dados dos pacientes, além de manter a conformidade regulatória e o cumprimento das exigências previstas na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Elaborado com a colaboração dos membros do Comitê de Assuntos Jurídicos, Governança e Compliance, e participação dos Comitês de Inteligência Regulatória e de Programas de Avaliação



Jorge Roberto Khauaja,
gerente de Compliance e Assuntos
Legais da ABIMED

da Conformidade da ABIMED, o Guia LGPD traz indicações gerais às suas associadas, com diretrizes básicas de proteção às suas atividades e cumprimento das normas de governança e compliance recomendadas ao setor.

A publicação tem o objetivo de orientar as empresas associadas da ABIMED, que trabalham com equipamentos e dispositivos médicos, a entenderem como a LGPD deve ser aplicada e pode ser usada como uma ferramenta de proteção para suas atividades, em especial na cadeia de venda, revenda e comercialização dos seus produtos, que estão cada vez mais embarcados com tecnologia, informações e com dados que precisam ser preservados e protegidos.

“Como entidade que representa 65% das empresas que atuam no setor, a ABIMED, enquanto associação, funciona como uma referência para determinar parâmetros de conduta e boas práticas comerciais, uma vez que, por sua natureza, conhece o comportamento e as formas de negócio que a grande maioria das empresas praticam. Ao buscar definir os parâmetros, trabalhar para a criação de normas legais, regulatórias e de boas práticas, o sistema recebe tais sugestões não de uma empresa ou duas especificamente, mas de uma instituição que representa o mercado com um todo”, ressalta Jorge Roberto Khauaja, gerente de Compliance e Assuntos Le-

gais da ABIMED.

O especialista ressalta ainda que o objetivo primordial da LGPD é garantir proteção (e apuração de eventuais responsabilidades) em relação aos dados sensíveis e informações confidenciais, ou seja, toda a informação que possa levar a identificação de uma pessoa (física ou jurídica), gerar algum tipo de ato discriminatório (por exemplo, dados sobre a ficha médica de alguém) ou que de alguma forma gere prejuízos. “Assim, em nosso Guia, sugerimos diversas ações de precaução para a proteção desses dados e também ações mitigatórias, caso haja algum incidente de violação de dados.”

Para Renata Fidale, diretora Jurídica e Compliance da Zambon Laboratórios Farmacêuticos e uma das palestrantes do evento, o Guia LGPD é importante ferramenta para auxiliar as empresas do setor não apenas a implementarem as regras necessárias para estarem em compliance com a lei, mas torna-se fundamental ao elucidar que não basta uma implementação das ferramentas para atendimento à Lei. “Tendo a LGPD inserida no âmbito do compliance, faz-se necessária uma constante evolução e revisão do seu programa e o Guia, nesse sentido, é instrumental para ajudar as empresas a se manterem atualizadas e focadas nos principais aspectos de relevante legislação.”

Regras claras

“As regras de proteção à privacidade são obrigatórias, isto é, não podem ser opcionais. A LGPD aborda e define questões gerais, comportamentos comuns a todos os setores e a todo um universo de pessoas e empresas”, enfatiza Khauaja. Cabe a cada setor, segundo o especialista, interpretar e aplicar as regras gerais ao seu universo específico.

“O setor de saúde é um dos – talvez o maior deles – onde dados e informações sensíveis transitam em praticamente toda sua cadeia produtiva, desde um prontuário eletrônico, até dados armazenados em dispositivos de diagnósticos. Isso sem falarmos da proteção dos próprios sistemas embarcados. O Guia visa adaptar as exigências da LGPD ao universo dessas transações envolvendo equipamentos e dispositivos médicos.”

Na prática, o guia pontua, por exemplo, quais as proteções que as empresas devem adotar para vender e/ou recondicionar um equipamento usado. “A permissão para esse tipo de comércio é recente, posterior a promulgação da LGPD. O Guia permite as empresas entender as precauções que devem tomar na proteção de informações sensíveis e/ou confidenciais antes de adotar essa prática”, explica.

Questionado sobre como a ABIMED pretende monitorar a adesão ao Guia LGPD, Khauaja salienta o programa de compliance da entidade que promove treinamentos EAD e “in-company” para as

suas associadas, sobre todos os temas que estão diretamente ligados a melhoria de boas práticas. “Assim, já temos o treinamento do nosso Código de Conduta e, em breve, teremos outros treinamentos e capacitações a serem oferecidos, dentre eles certamente teremos um específico para o Guia LGPD. Além disso, monitoramos constantemente os problemas de ordem prática surgidos no mercado, através dos nosso Comitês temáticos, onde as associadas e a ABIMED discutem e propõem melhorias em temas que afetem o mercado de equipamentos e dispositivos médicos, sempre obedecendo aos mais elevados padrões das legislações concorrenciais.”

Vale destacar também que a ABIMED possui Código de Conduta 100% alinhado aos melhores princípios mundiais. “Somos a Associação pioneira no mundo em possuir uma Comissão de Ética Independente. Temos acordos de cooperação com as principais instituições mundiais que tratam do tema governança e compliance e, partir de 2025, estaremos iniciando a revisão do nosso Código de Conduta para o lançamento da 7ª Edição, que certamente irá contemplar os mais atuais desafios do setor de saúde, como proteção de dados, novos parâmetros em ESG, Inteligência Artificial, dentre outros.”

Cenários e desafios

“Para a Europa, hoje, compliance não é mais ‘perfumaria’, e sim, uma necessidade, em especial quando falamos do setor de Lifescience.” Assim observa Renata Fidale, que também ressalta que, em certos aspectos, a Europa busca legislar ou mesmo fortalecer temas já consolidados nos Estados Unidos. “Exemplo disso é o caso da Sunshine Act, que agora se consolida na vasta maioria dos países europeus, mas que já é uma realidade há muitos anos nos EUA. Por outro lado, temos a GDPR, que é a base para nossa Lei LGPD, já consolidada na Europa e exemplo para o tratamento de informações.”

Fato é que toda estrutura autorregulatória começa por uma legislação federal, onde são determinados os princípios básicos de governança, compliance e boas práticas, que devem ser seguidos a nível nacional. “Não adianta setorizarmos as regras, quer seja com legislações estaduais, quer seja com normas infralegais que regulem apenas participantes específicos dentro de todo o setor de saúde. Imagine, por exemplo, se tivéssemos 27 Códigos de Trânsito? A partir de uma base legislativa federal, o caminho natural será o da autorregulação, pois todos os Códigos de Conduta – seja de associações, conselhos profissionais, sociedades especializadas – deverão seguir os mesmos princípios. Acredito que, somado a essa legislação federal, as atuações já hoje em curso das associações de empresas vão levar, organicamente, a uma autorregulação no futuro”, ressalta Jorge Khauaja.

Nesse sentido, Fidale acredita que a autorregulação é um caminho para que empresas com o mesmo interesse se organizem de forma benéfica, “criando regras a elas aplicáveis, suprimindo lacunas nas regulamentações existentes.”

A professional portrait of Renata Fidale, a woman with long, wavy brown hair, wearing a black sleeveless top. She is looking directly at the camera with a slight smile. Her hands are clasped in front of her, and she is wearing several gold rings and a watch. The background is a plain, light gray.

Renata Fidale,
diretora Jurídica e Compliance
da Zambon Laboratórios
Farmacêuticos

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA UM SISTEMA MAIS SUSTENTÁVEL

Sob a liderança de Nísia Trindade, Ministério da Saúde reforça a colaboração com a indústria e a inovação tecnológica para enfrentar os desafios do SUS e construir uma saúde mais eficaz e resiliente

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, SOB A LIDERANÇA DA MINISTRA NÍSIA TRINDADE, TEM PROMOVIDO REFLEXÕES IMPORTANTES SOBRE A INTEGRAÇÃO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO COMO UMA ESTRATÉGIA ESSENCIAL PARA ALCANÇAR UM MODELO DE SAÚDE MAIS SUSTENTÁVEL E EFICAZ NO BRASIL. EM EVENTOS E DISCUSSÕES COM AUTORIDADES E EXECUTIVOS DO SETOR, A MINISTRA TEM DESTACADO OS DESEAFIOS E AS OPORTUNIDADES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE DO PAÍS.

Em participação no Conahp - Congresso Nacional de Hospitais Privados, a Ministra enfatizou a necessidade urgente de rediscutir o modelo de saúde e a governança da relação público-privada. “Em meio a desafios da saúde e ao subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde (SUS), é crucial encontramos caminhos para melhorar a conexão entre os setores público e privado”, declarou.

A Ministra destacou a relevância das parcerias estabelecidas entre o Ministério da Saúde e a indústria, mencionando um acordo de cooperação assinado em agosto, que visa a utilização de sistemas de indicadores. Essa iniciativa é crucial para o monitoramento e melhoria da qualidade dos serviços de saúde. “A participação ativa do setor produtivo é



fundamental para avançarmos nos desafios atuais e na construção do futuro da saúde no Brasil”, afirmou.

A interação entre os diversos níveis de governo e as instituições de saúde, públicas e privadas, é um dos temas discutidos pelo governo. Nisia enfatizou que a coordenação eficaz entre esses setores é essencial para enfrentar emergências de saúde pública, como a pandemia de Covid-19, que expôs as fragilidades do sistema.

Inovação e Tecnologia

Segundo a Ministra, a utilização de tecnologias digitais para melhorar o acesso à saúde é uma prioridade para o Ministério da Saúde. “A criação da Secretaria de Saúde Digital é uma resposta direta à necessidade de integrar dados e facilitar o atendimento, especialmente em áreas remotas do Brasil. A digitalização é uma ferramenta poderosa que nos permitirá alcançar uma saúde mais equitativa e acessível”, declarou.

Além disso, o ministério acredita na importância da formação contínua dos profissionais de saúde. “Cuidar de quem cuida é essencial para manter a qualidade no atendimento à população”, ressaltou a Ministra.

Por fim, a Ministra Nísia Trindade reforçou a necessidade de colaboração entre todos os atores do setor de saúde para garantir um futuro mais saudável e sustentável para o Brasil. Com um enfoque na inovação, na integração e na humanização do cuidado, o governo busca “construir um sistema de saúde que atenda de forma eficaz às demandas da população”.

O compromisso com a saúde pública e a disposição para enfrentar os desafios que surgem são pilares fundamentais para a transformação desejada. À medida que o Brasil avança, a parceria entre o setor público e a indústria de dispositivos médicos se torna “mais relevante do que nunca”.





Desafios da Saúde Pública

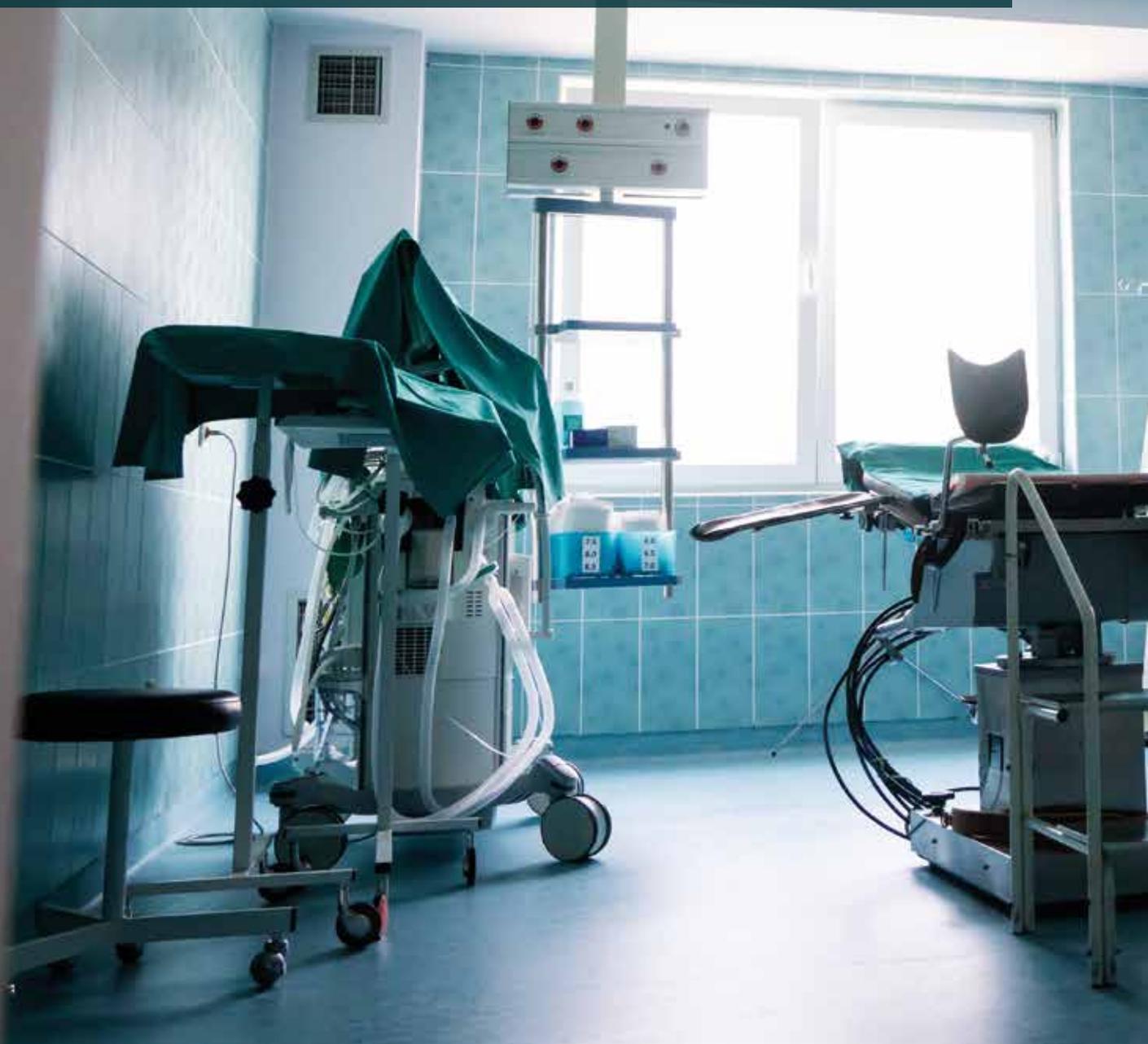
A Ministra da Saúde também demonstra uma preocupação com a questão do envelhecimento da população brasileira, que demandará uma mudança significativa no modelo de cuidados. Com projeções que indicam um aumento expressivo de idosos até 2050, a Ministra ressaltou a necessidade de “fortalecer a atenção primária e integrar os serviços de saúde”.

Além disso, a Nísia chama a atenção para o impacto das mudanças climáticas na saúde e a importância de preparar o sistema para enfrentar essas novas realidades. “Precisamos de um sistema de saúde resiliente e capaz de se adaptar às transformações sociais e ambientais”, afirmou.

AÇÕES

CONVÊNIO ICMS 01/99

Para especialistas, caso a medida não seja renovada para 2025, setor poderá sofrer com aumento de custos, impactando o preço final para o paciente



Em edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, o governo paulista publicou o decreto nº 68.492, de 30 de abril, renovando o Convênio ICMS 01/99 até 31 de dezembro de 2024. A medida assegura a isenção do ICMS para operações que envolvem dispositivos médicos e produtos médico-hospitalares no estado, prevenindo um aumento significativo nos preços desses itens essenciais.

O Convênio ICMS 01/99, estabelecido há mais de 20 anos, é ferramenta crucial para a estabilidade da cadeia de fornecimento e distribuição de produtos médico-hospitalares, que depende dessa isenção para evitar interrupções e manter a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.

A medida desempenha um papel fundamental na área da saúde ao garantir a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para uma variedade de produtos médicos essenciais. A medida impacta positivamente hospitais, clínicas e pacientes ao reduzir os custos de insumos necessários para tratamentos médicos, como sondas, cateteres, próteses ortopédicas e equipamentos para diálise e radiologia.

Segundo especialistas, sem essa isenção, haveria um impacto direto nos custos, com um acréscimo estimado de pelo menos 18%, o que afetaria principalmente o sistema público de saúde e a acessibilidade a esses produtos pela população.

“Ao reduzir a carga tributária sobre diversos dispositivos médicos, o convênio permite um maior acesso da população a diversos tratamentos médicos consi-

derados essenciais, já que essa redução da carga fiscal é refletida no preço do serviço, impactando inclusive os convênios de assistência médica. Além disso, uma menor carga tributária facilita o acesso a novas tecnologias, sendo importante destacar que a utilização de equipamentos mais modernos e precisos está associada a melhores resultados clínicos, já que reduz o risco de erros diagnósticos e ineficácia de tratamentos”, defende Felipe Contreras Novaes, Sócio do Arbach & Farhat Advogados e consultor tributário da ABIMED.

De acordo com Silvio Garcia, gerente de Relações Institucionais e Governamentais da ABIMED, caso o Convênio não seja renovado, o impacto econômico para o sistema de saúde brasileiro - considerando público e privado, em todos os entes federativos -, sofrerá um aumento significativo decorrente dos custos para manutenção e atendimento da população.

“Estima-se que o valor da renúncia fiscal dos Estados decorrente do Convênio é três vezes menor do que o aumento dos custos resultado de eventual não renovação. Sabemos da dificuldade que o Estado tem enfrentado na arrecadação de tributos. No entanto, retirar as isenções neste momento de forma abrupta - das quais algumas que vigoram há mais de 20 anos e que são responsáveis por grande parte do abastecimento de insumos e produtos de saúde para atendimento à população -, certamente não seria o melhor caminho, principalmente pelo fato de o setor de saúde ser uma área essencial não apenas limitado às empresas fornecedoras de produtos médicos, mas principalmente de todo o sistema de saúde, seja ele público

— Você sabia ?

A desoneração dos dispositivos médicos promovida pelo Convênio ICMS 01/99 pode ser vista como a aplicação do princípio constitucional da seletividade, o qual determina que as mercadorias devem ser tributadas pelo ICMS de acordo com o seu grau de importância para a sociedade. Ou seja, a não tributação destes produtos decorre do fato de não há nada mais importante que o próprio direito à vida.

Não por outro motivo, os dispositivos médicos foram alçados a nível constitucional pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que trata da Reforma Tributária, tendo o Convênio ICMS 01/99 sido utilizado como parâmetro para identificação dos dispositivos médicos mais relevantes à população, os quais estarão sujeitos à redução de alíquotas

ou suplementar”, afirma Garcia.

Especificamente na saúde pública, o setor de equipamentos e dispositivos médicos, no fornecimento de produtos médico-hospitalares, usufruem do benefício de isenção da alíquota de ICMS dos itens descritos no Convênio. A reinstituição das alíquotas, segundo Garcia, gerará aumento significativo nos preços dos cerca de 200 itens que fazem parte do Convênio, e conseqüentemente, dos custos da saúde para todo o Sistema Público, uma vez que mais de 60% das vendas dos produtos considerados no Convênio são utilizadas de forma direta ou indireta no SUS.

A ABIMED vem atuando junto ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), Secretarias de Fazenda de todos os Estados, notadamente as Secretarias da Fazenda e de Saúde do Estado de São Paulo, bem como junto à ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para sensibilizar a todos os atores da essencialidade que essa renovação tem para a Saúde como um todo, sendo que qualquer variação, afeta as operações de todo o país

Efeito cascata

Como o ICMS é um tributo que é repassado ao consumidor, a desoneração tem por efeito reduzir o custo de aquisição desses produtos, de modo que uma eventual revogação da isenção levaria a um reajuste nos preços dos dispositivos médicos e, consequentemente, dos serviços de saúde.

“Será necessário efetuar reajuste nos preços dos serviços de saúde por conta do repasse do ICMS nos preços dos dispositivos médicos adquiridos por hospitais, clínicas, laboratórios e planos de saúde. Ou seja, como os dispositivos médicos são utilizados na prestação de serviços de saúde, o aumento do custo de aquisição desses equipamentos acaba impactando o preço final do serviço prestado ao paciente”, explica Novaes.

Ainda de acordo com consultor tributário, considerando a alíquota padrão de 18% e o cálculo do imposto por dentro, acredita-se que os preços tendem a encarecer em torno de 22%. “Isso representa um risco para o sistema de saúde do país, pois a absorção da elevação de preços pelos pacientes é incerta”, alerta.

A elevação da carga tributária não só atingirá o setor privado como também o público, pois, embora as compras por órgãos públicos sejam, via de regra, isentas, nem todas estão desoneradas, o que revela um provável impacto para o setor público, principalmente para o Sistema Único de Saúde – SUS, que é

responsável pela aquisição de 60% destes produtos.

“Portanto, se não elevados os gastos públicos com saúde, o aumento de preço poderá comprometer a oferta de serviços e a capacidade de atendimento do SUS, dada a falta ou redução da compra de dispositivos médicos considerados essenciais à prestação de inúmeros serviços de saúde.”

Para alguns Estados, como é o caso de São Paulo que, por meio da tabela SUS Paulista paga à iniciativa privada uma complementação pelo serviço de saúde prestado à população, o aumento do custo do serviço poderá colocar em risco a atratividade destes programas, dado o provável consumo da complementação recebida, o que poderá levar a uma redução de atendimento na rede pública de saúde.

Números

Atualmente, o segmento de dispositivos e equipamentos médicos representa o equivalente a 0,6% do PIB nacional, gerando aproximadamente 177 mil empregos diretos e qualificados, com uma concentração de negócios no patamar de 70% no Estado de São Paulo.

PESQUISA



FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE E OS REFLEXOS NO MERCADO DE DISPOSITIVOS MÉDICOS

Nos últimos cinco anos, o setor de saúde no Brasil tem sido palco de um notável movimento de fusões e aquisições (M&A), especialmente entre hospitais, laboratórios e operadoras de saúde. Essa tendência reflete uma busca por consolidação e ganho de escala em um mercado marcado pela alta demanda e custos crescentes. A partir de 2019, o setor passou por uma onda de transações, no contexto também da pandemia de Covid-19, que pressionou os sistemas de saúde a se adaptarem, inovarem e reorganizarem suas operações. Observa-se que, em 2023, o setor de saúde foi responsável por 6% do total de operações de M&A no Brasil, e as operações foram protagonizadas por instituições que possuem papel relevante na cadeia produtiva e de serviços de saúde, como a Rede D'Or, os Laboratórios Dasa, a Hapvida, o Grupo Fleury e o Laboratório Hermes Pardini. Isso evidencia a importância desse movimento no cenário econômico nacional.

O período entre 2019 e 2023 foi, então, especialmente ativo, com diversas operações visando fortalecer a capacidade de atendimento e racionalizar a gestão de recursos. As fusões e aquisições, além de fortalecerem



as cadeias de valor, foram impulsionadas pela necessidade de reduzir custos e aumentar a competitividade. Hospitais e laboratórios, por exemplo, buscaram acordos, parcerias e a unificação de suas operações para enfrentar os desafios operacionais, como a crescente demanda por serviços e o aumento dos custos globais de insumos.

É importante ressaltar que de 2019 até o primeiro semestre de 2024, o número de hospitais no Brasil cresceu 12%, chegando ao número de 9.200. Porém, houve um aumento mais significativo, na casa de 36,5%, no número de hospitais que controlam outras unidades, além da principal. Além do crescimento das instituições hospitalares, laboratórios de análises clínicas viram o número de filiais aumentar em 58% desde 2019. Conforme dados elaborados pela T4 Health a partir de indicadores oficiais, atualmente o Brasil possui cerca de 12 mil desses laboratórios, dos quais mais de 1.100 hoje possuem filiais ou unidades dependentes.

Esses índices são reflexos das operações de M&A, mas também da necessidade de atender ao crescimento de fatos relevantes para o setor: a tendência de expansão e regionalização dos serviços; o aumento



de indicadores que estão relacionados aos cuidados gerais com a saúde, como a obesidade e o envelhecimento populacional; e uma base de usuários de saúde, em especial de planos de saúde privados, cada vez maior.

Embora o cenário para M&A seja promissor, fatores como o aumento do custo de capital, influenciado pela alta da taxa Selic, apontam para um possível impacto nas grandes operações. De acordo com o Boletim Focus, a taxa Selic deve terminar 2024 em 11,75% ao ano, o que representa um segundo aumento consecutivo. Para 2025, a previsão é que a taxa básica de juros da economia chegue a 11%. A alta do custo de capital limita o acesso a financiamento e, conseqüentemente, desestimula novas aquisições. No primeiro semestre de 2024, foram registradas 22 transações no setor, uma diminuição em comparação ao mesmo período de 2023, quando ocorreram 31 transações, indicando que o mercado começa a mostrar sinais de estabilização após o boom inicial da última década.

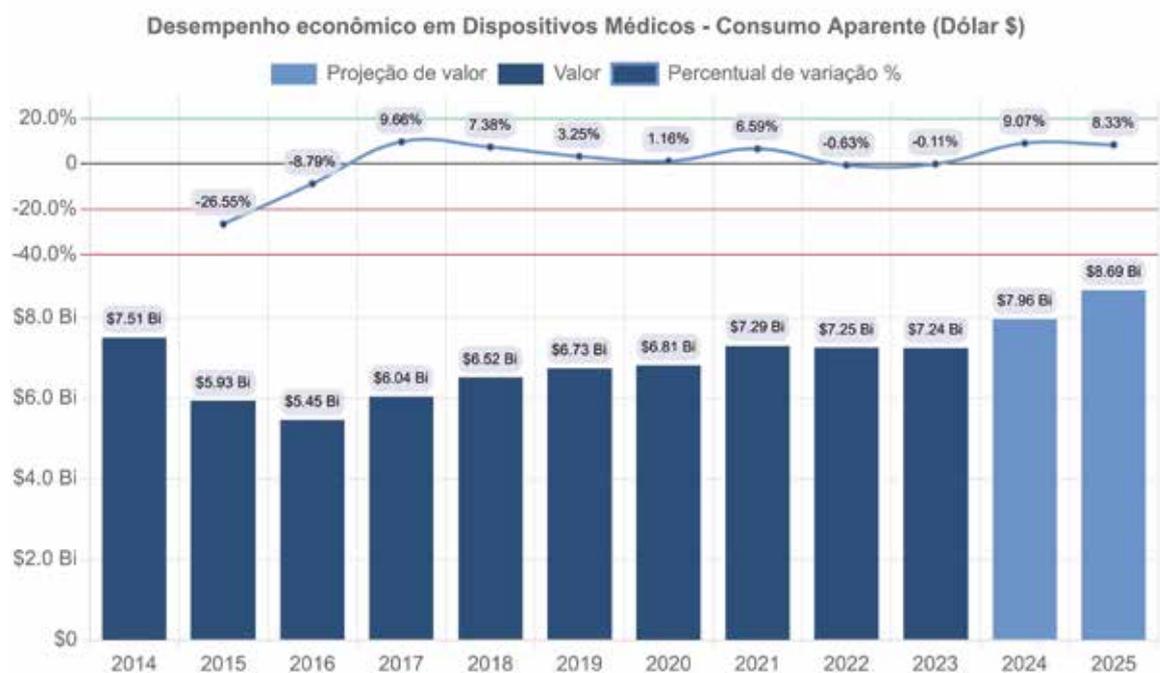
Em face dessa realidade, nossos especialistas projetam ainda uma continuidade no movimento de fusões e aquisições, porém com um foco maior na verticalização das operações, conectando diferentes elos da cadeia de saúde e permitindo maior controle e eficiência no atendimento ao paciente.

Recentemente, empresas buscaram adquirir clínicas e laboratórios para integrar serviços e criar um sistema de saúde mais coeso e ágil. Para além dos hospitais, laboratórios e operadoras, as healthtechs também têm desempenhado um papel significativo, contribuindo para a inovação e modernização dos modelos de atendimento e gestão. A pandemia acelerou esse processo, levando à implementação de tecnologias de telemedicina e ao fortalecimento de modelos de atendimento remoto e digital, que devem permane-

cer como parte integral dos serviços de saúde e constar de forma significativa nas operações de aquisições.

A indústria de dispositivos médicos, diretamente impactada pela demanda hospitalar e indiretamente pelo contexto de fusões e aquisições de seus clientes, tem reagido bem a esses números. Entre 2019 e 2024, o consumo aparente de dispositivos médicos no Brasil – índice desenvolvido pela ABIMED / T4 Health – deve crescer 29%, alcançando um valor projetado de 7,96 bilhões de dólares até o final deste ano. Para 2025, espera-se um acréscimo de 730 milhões de dólares nesse consumo.

Estudo de Dispositivos Médicos - Consumo Aparente

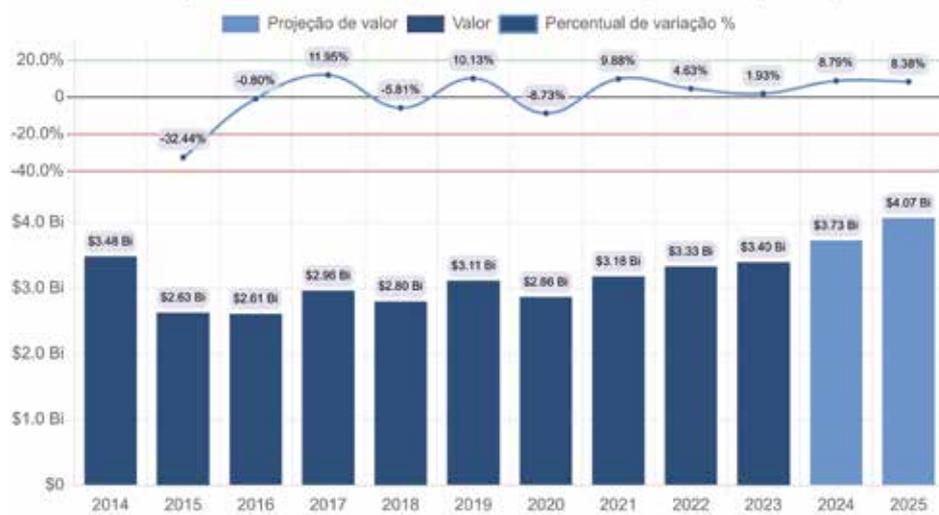


Fonte: IN3 com base em MDIC, PIA, PIMI

A produção nacional de dispositivos médicos aumentou 31% no mesmo período, enquanto as importações cresceram 18%, com um saldo comercial ainda negativo, em torno de 4 bilhões de dólares.

Estudo de Dispositivos Médicos - Produção Nacional

Desempenho econômico em Dispositivos Médicos - Produção Nacional (Dólar \$)



Fonte: IN3 com base em MDIC, PIA, PIM

Estudo de Dispositivos Médicos - Balança Comercial

Desempenho econômico em Dispositivos Médicos - Balança Comercial (Dólar \$)



Fonte: IN3 com base em MDIC, PIA, PIM

As importações de órteses, próteses e materiais especiais (OPMEs), que têm impacto direto nos custos hospitalares, deverão crescer cerca de 58% desde 2019. Este crescimento sinaliza a importância dos insumos importados nesse mercado e a necessidade de uma política industrial ampla que equilibre a relação com a produção local, de modo a reduzir custos e otimizar a cadeia de suprimentos.

Segmento de OPME - Órteses, próteses e Materiais Especiais - Importações

Desempenho econômico em OPME's - Importação (Dólar \$)



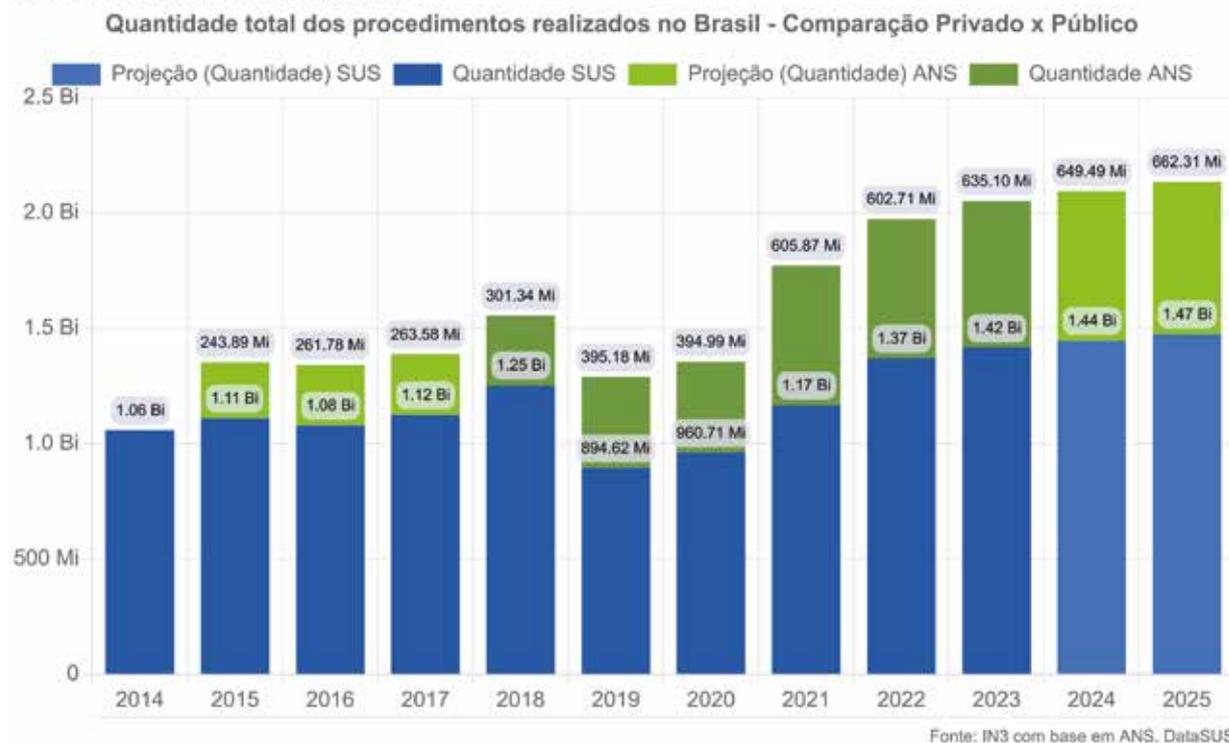
Fonte: IN3 com base em MDIC, PIA, PIM



A ampliação do consumo e da produção de dispositivos médicos responde também à quantidade de procedimentos de saúde realizados, sobretudo no mercado privado, que cresceu 68% de 2019 a 2024; e à incorporação de novas tecnologias no setor hospitalar e laboratorial – que muitas vezes é reflexo da formação de conglomerados empresariais.



Análise dos setores público x privado



A extensão territorial do Brasil e a diversidade regional também criam desafios únicos para o setor de saúde. As demandas variam amplamente entre as regiões, o que impulsiona a necessidade de um processo de consolidação entre prestadores de serviços que operam em diferentes áreas do país. Em um contexto de custos operacionais crescentes, especialmente para hospitais, a concentração pode ser



uma solução para otimizar a compra de insumos e conquistar economias de escala. Dados da T4 Health, com base no Datasus e na ANS, indicam que o mercado de saúde privado concentra 55% dos gastos de saúde no Brasil, reforçando a relevância das iniciativas de M&A para dar conta de uma demanda que não para de crescer.

O envelhecimento populacional e o aumento das doenças crônicas, como a obesidade, intensificam a necessidade de expansão e inovação no setor. Esse contexto demográfico e epidemiológico, combinado com uma base crescente de usuários de planos de saúde, fortalece o movimento de fusões e aquisições como um caminho para ampliar a capacidade de atendimento e diversificar a oferta de serviços. A pandemia de Covid-19 deixou um legado de novas

demandas e impulsionou mudanças nos modelos de atendimento, consolidando a telemedicina e outros formatos digitais que deverão se manter como parte integral do sistema de saúde.

As fusões e aquisições no setor de saúde brasileiro nos últimos anos não são apenas uma resposta às pressões financeiras e à demanda crescente, mas também refletem um movimento de modernização e preparação para um cenário cada vez mais complexo e competitivo. Esse processo de consolidação promete aumentar o alcance e a qualidade dos serviços de saúde no Brasil, em um movimento que combina eficiência, inovação e regionalização. As perspectivas de integração entre diferentes elos da cadeia de serviços, incluindo operadoras, hospitais, clínicas e laboratórios, demonstram que o setor de saúde busca não apenas expandir, mas se adaptar à realidade do mercado, atendendo de forma mais abrangente e equitativa às demandas.

O cenário atual das M&As no Brasil, com o aumento da participação das healthtechs e a expansão dos serviços de saúde, indica um setor que se moderniza e se prepara para um futuro mais conectado e integrado, com o objetivo de atender com qualidade uma população em envelhecimento e com necessidades crescentes de cuidado contínuo.

UM OLHAR PARA O ESG NA INDÚSTRIA DA SAÚDE

NAS ORGANIZAÇÕES DE DISPOSITIVOS MÉDICOS, A AGENDA ESG É FUNDAMENTAL POR INTEGRAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSÁVEIS EM UM SETOR ALTAMENTE REGULADO E SENSÍVEL. AS INICIATIVAS COM ESTE CARÁTER AJUDAM A REDUZIR OS IMPACTOS AMBIENTAIS, PROMOVEM A SEGURANÇA DOS PACIENTES, CONTRIBUEM PARA A AMPLIAÇÃO DO ACESSO E GARANTEM TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA EFICAZ, ENTRE OUTROS BENEFÍCIOS.

Os rumos do ESG na indústria apontam também para uma integração cada vez maior no ecossistema, com sustentabilidade nas operações, foco em inovação, redução de impacto ambiental e responsabilidade social. A adoção de tecnologias limpas, economia circular e políticas de diversidade e inclusão devem se expandir e fazer parte, cada vez mais, dos compromissos das empresas. Há também uma crescente adesão por práticas éticas, com base em transparência na governança.

Para Silvio Garcia, gerente de Relações Institucionais e Governamentais da ABIMED, a integração de práticas ESG é fundamental para fortalecer a confiança dos stakeholders e garantir conformidade regulatória com o objetivo de





promover um desenvolvimento sustentável na área de saúde. “Em nosso setor especificamente, a pauta ESG também melhora a eficiência e impulsiona inovações focadas no bem-estar humano e ambiental.”

No Brasil, as políticas ESG na indústria de dispositivos médicos, segundo Garcia, estão caminhando para uma maior regulação, incentivos a práticas sustentáveis e adoção de tecnologias de baixo impacto ambiental. Além disso, há um foco crescente em programas de responsabilidade social, acesso universal à saúde e parcerias com o setor público e privado para fortalecer a infraestrutura de saúde sustentável.

Isso demonstra o quanto a agenda ESG acelerou nos últimos anos e quem não se adaptar para implementar essas iniciativas estará fora do jogo. A adoção da agenda ESG nas instituições de saúde não é mais uma tendência, é uma prática para a construção de um futuro mais sustentável, resiliente e humanizado.

O senso de urgência deve nortear as ações. Vale ressaltar também que as atitudes estão diretamente relacionadas à reputação, confiança e credibilidade das empresas.

O conceito de ESG é o futuro e vemos isso tanto na transformação da humanidade quanto na perspectiva de maior capilaridade empresarial. Os investidores e consumidores se conscientizaram disso e tomam decisões de negócios com base nisso.

Além da transformação social, o ESG está completamente relacionado com negócios. Se existe diversidade, a produção de produtos e serviços são melhores, mais adequados a todos, e atende a parcelas do mercado que não estavam sendo atendidas.

Diante desse caminho a ser explorado, a Vi-Tech traz o especial “Um olhar para o ESG na Indústria da Saúde”. Nas páginas seguintes, entrevistamos algumas empresas que mostram as ações que saíram do papel e que, hoje, fazem parte da rotina da empresa.

ENGAJAMENTO PARA O *ESG*

“É preciso promover a capacitação dos colaboradores para integrar os princípios ESG em todos os níveis da empresa”, afirma Juliano, da BD no Brasil

PARA IMPULSIONAR O SETOR DA SAÚDE, AS AÇÕES DE ESG PODEM SER IMPORTANTES VETORES PARA O FORTALECIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS. ESSA É A VISÃO DE JULIANO PAGGIARO, CEO DA BD NO BRASIL, EMPRESA QUE VEM EXPANDINDO A AGENDA ESG POR MEIO DE DIFERENTES AÇÕES, ENTRE ELAS, INOVAR O PORTFÓLIO DE PRODUTOS SOB OS PRINCÍPIOS DE SUSTENTABILIDADE, PROJETANDO PRODUTOS QUE MINIMIZEM O DESPERDÍCIO E O CONSUMO DE RECURSOS.



Juliano Paggiaro,
CEO da BD no Brasil

Os passos para implementar políticas ESG na indústria, segundo Paggiaro, é realizar uma análise profunda das práticas atuais da organização, identificando áreas de impacto ambiental, social e de governança.

“Em seguida, é essencial definir metas mensuráveis alinhadas aos princípios ESG e acompanhar os indicadores para seguir com as ações ou fazer ajustes para alcançar as metas”, explica Paggiaro.

A adesão da empresa ao Pacto Global da ONU também pode ser um importante passo, além da criação de um plano estratégico e a definição de metas de curto e longo prazos nas esferas ambiental, social e de governança. A utilização de abordagens e padrões internacionais como referência, como o Global Reporting Initiative (GRI) e do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), também deve fazer parte do processo de implementação das políticas ESG dentro do negócio.

“É preciso também promover a capacitação dos colaboradores para integrar os princípios ESG em todos os níveis da empresa e gerar uma mudança cultural na empresa. Vale lembrar também que as ações de ESG demandam implementação de sistemas robustos de monitoramento”, ressalta.

Desafios

De acordo com Paggiaro, os principais desafios da implementação de políticas ESG incluem adaptação de processos e tecnologias a padrões mais sustentáveis, especialmente em indústrias com alta demanda de recursos. “Para tanto, é fundamental, além de treinamentos, buscar parcerias com consultorias especializadas, estabelecer um plano de ação factível e definir metas de forma gradual.”

A comunicação transparente com stakeholders e o uso de tecnologias para monitoramento e reporte de métricas ESG também contribuem para garantir a adesão e a credibilidade do programa. “É desta forma que temos feito na BD e os resultados são muito positivos. Ter uma cultura ESG corporativa e profissionais alinhados com estes princípios ajudam na implementação da estratégia e expansão das iniciativas. E as ações devem ser implementadas de forma criteriosa e contínua para que os princípios de ESG conduzam as operações das empresas a longo prazo”, salienta.

Ações na prática

Dentre as ações praticadas pela BD que visam o ESG estão a “BD Recicla”, programa realizado em parceria com a Rede D’Or e com o Hospital Sírio-Libanês que já transformou mais de 15 toneladas de resíduos hospitalares plásticos não contaminados em matéria-prima para produção de novos produtos plásticos, como lixeiras para uso da própria instituição de saúde.

Com o volume reciclado, a iniciativa evitou a emissão de mais de 21 toneladas de gás carbônico. O programa engloba treinamento dos profissionais, coleta, transporte, processamento e destinação dos resíduos de forma segura e ambientalmente responsável.

Outro compromisso da BD foi reduzir as emissões de gases de efeito estufa por meio da

substituição dos veículos a combustão por elétricos. O projeto de mobilidade já contribuiu para a redução da emissão de 41 toneladas de CO2 até o momento.

Segundo Paggiaro, para promover Saúde é preciso ampliar as ações sustentáveis com o objetivo de viabilizar a Saúde Única (One Health), abordagem integrada que reconhece a interconexão entre a saúde humana, animal e ambiental, promovendo a colaboração para prevenir e controlar doenças. “Estamos comprometidos com a agenda ESG para preservação do meio ambiente e, conseqüentemente, reduzir os riscos de doenças em decorrência dos impactos ambientais.”





Luiz Parente, plant manager da Fresenius Medical Care Brasil

ESG E TRANSPARÊNCIA

“Temos os desafios como estabelecer metas claras, envolver as partes interessadas e comunicar com eficácia os esforços de forma transparente”, pontua Luiz Parente, da Fresenius Medical Care Brasil

HOJE, DIANTE DE URGÊNCIA DE AMENIZAR OS IMPACTOS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS, SOBRETUDO OS ADVINDOS DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS COMO PETRÓLEO E GÁS NATURAL, QUE PROVOCARAM ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, AS AÇÕES DE ESG TÊM SIDO PILARES DA GESTÃO DAS EMPRESAS DE TODOS OS SETORES E EM TODO O MUNDO.

“A indústria de dispositivos médicos, que utiliza muito plástico, água e energia, por exemplo, também está debruçada a estudar todas as formas de modificar seus processos de modo a reduzir sua pegada de carbono, utilizar fontes de energia mais limpas, renováveis e abundantes. Por sermos uma multinacional alemã, seguimos ainda mais a estratégia de sustentabilidade global, baseada na Agenda 2030 e em princípios orientadores das Nações Unidas”, explica Alexandre Franco, managing director commercial da Fresenius Medical Care Brasil.

“Todos os nossos negócios são baseados na gestão responsável, com foco na integridade, na governança corporativa e na conformidade. Quanto à questão ambiental, planejamos os nossos processos para utilizar os recursos de forma eficiente, de modo a reduzir os impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, os custos. Na esfera social, a empresa apoia instituições e iniciativas solidárias a nível global e a nível local, bem como desenvolvemos atividades de letramento em diversidade para os colaboradores”, ressalta Luiz Parente, plant manager da Fresenius Medical Care Brasil.

Sobre a implementação de ações de ESG, Parente afirma que há vários desafios que vão desde identificar todas as possíveis melhorias até a análise completa de custos envolvidos com novas tecnologias e novos processos. “Temos que verificar a disponibilidade de substitutos para muitos materiais usados, como o próprio plástico. Mas temos visto avanços interessantes e que envolvem, por exemplo, novos tipos de plásticos, oriundos de matérias-primas renováveis e com menos impacto ambiental. Temos visto crescer a reciclagem de plástico e até mesmo a devolução desse material na forma de resíduo de forma menos impactante ao planeta.”

Parente ressalta ainda: “após considerado o desafio econômico, porque

“A indústria de dispositivos médicos, que utiliza muito plástico, água e energia, por exemplo, também está debruçada a estudar todas as formas de modificar seus processos de modo a reduzir sua pegada de carbono, utilizar fontes de energia mais limpas, renováveis e abundantes.”

Alexandre Franco,
managing director
commercial da Fresenius
Medical Care Brasil

.....



toda mudança traz necessidade de investimentos, temos os desafios que passam por estabelecer metas claras, envolver as partes interessadas e comunicar com eficácia os esforços de forma transparente, e monitorar o progresso regularmente. Mas temos tido sucesso em nossas ações porque as mudanças operadas no presente são essenciais para a sustentabilidade futura nos negócios.”

Na Fresenius também visa as ações que promovam ambientes mais diversos, pautado pela ética e transparência. “Disseminamos esses valores e propósitos diariamente em nossa cultura empresarial, com uma comunicação forte e direcionada aos públicos de interesse. As necessidades de mudança são tão prementes, que não encontramos resistências. Percebemos que cuidar das pessoas e do meio ambiente é um desejo da maioria.”

A empresa possui um Conselho ESG e que orientam rotineiramente as ações. “Depois de entendermos a fundo os conceitos, buscamos a viabilidades de aplicação em nosso negócio, analisando como estamos e como podemos estar mais adiante nas questões de meio ambiente, pessoas e governança. Então revisamos práticas, criamos novos processos, elaboramos indicadores, fazemos ações de conscientização periodicamente e controlamos nossas metas e resultados. É preciso bastante transparência nesse processo”, explica Parente.

“Planejamos os nossos processos para utilizar os recursos de forma eficiente, de modo a reduzir os impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, os custos. Na esfera social, a empresa apoia instituições e iniciativas solidárias a nível global e a nível local, bem como desenvolvemos atividades de letramento em diversidade para os colaboradores.”

Luiz Parente, plant manager da Fresenius Medical Care Brasil

Rumos do ESG para a indústria

Para Luiz Parente, a expectativa é ampliar o uso de energia solar e eólica, bem como o uso de carros movidos a eletricidade, biocombustíveis. “Há também a necessidade de substituir embalagens, ter mais reciclagem, aproveitamento de água e menos retirada de água potável limpa da natureza.”

Nesse sentido, a Fresenius vem desenvolvendo procedimentos que poupam água, como uso do ozônio nas desinfecções do sistema de diálise, evitando, assim, o descarte de água.

Além disso, são usados equipamentos que propiciam o tratamento do descarte de água gerado pelo sistema de osmose reversa, recuperando 50% a 70% de toda a água que seria descartada por dia em uma clínica de diálise. “Em nossa planta em Jaguariúna (SP), que é uma fábrica de insumos de diálise, contamos com empresas homologadas para que nossos resíduos sejam descartados de modo ambientalmente correto. Combinando diferentes tecnologias, e destinamos 85% dos resíduos, que são possíveis, para reciclagem, outros 10% passam por um coprocessamento, 4% vão para incineração e apenas 1% é destinado ao aterro sanitário.”

A fábrica também passou a reaproveitar as embalagens de produtos para armazenamento de lixo, evitando o uso de sacos plásticos para essa finalidade, e possui uma rotina de coleta seletiva.

Destacam-se ainda a substituição das lâmpadas por modelo led na unidade, que vem gerando uma economia de 80.000 Kwh/ano, e o reaproveitamento de água de rejeito nas torres de resfriamento, o que gera uma econo-

mia de consumo de água potável de 20 m³ por dia.

Além disso, em junho de 2024, a empresa lançou o Programa de Sustentabilidade. Com o slogan “Agindo hoje, para preservar o amanhã”. A iniciativa contou com uma série de atividades ao longo do mês de junho, entre elas, houve o desenvolvimento de projetos e ações focadas na economia de água e energia, visita para os colaboradores conhecerem o processo de descarte dos resíduos e uma ação que contava com o plantio de árvores. “Além disso, o grupo promoveu uma dinâmica com atividades e jogos para conscientizar os colaboradores sobre práticas sustentáveis. A proposta é que as ações permaneçam de forma perene com futuras atividades que reforcem ainda mais a conscientização dos funcionários sobre temas ESG.”

E sobre o tema diversidade e inclusão, em 2023, o RH da Fresenius iniciou o programa “Falas Diversas”, com o objetivo de fomentar a cultura de diversidade e inclusão através de grupos de estudos de 5 temáticas: mulheres, ambientes multigeracionais, inclusão LGBTQIAP+, PCD e etnias.

Os grupos são formados por auto inscrição e a equipe formada se reúne para debater, trocar informações e aprender mais sobre a temática, finalizando com uma apresentação aberta a todo público da empresa.

ESG

Gisela Bellinello,
VP da Medtronic

MAIOR
INCLUSÃO

Para Gisela Bellinello, VP da Medtronic, não basta atrair os talentos, “devemos também trabalhar para eliminar as barreiras estruturais, sociais e culturais”

“AS ORGANIZAÇÕES DE DISPOSITIVOS MÉDICOS E DE TECNOLOGIA EM SAÚDE TRABALHAM DIARIAMENTE PARA ENCONTRAR SOLUÇÕES PARA ENFERMIDADES E MELHORAR A SAÚDE DA POPULAÇÃO. DIANTE DESSE PROPÓSITO, NÃO PODEMOS IGNORAR QUE CADA AÇÃO QUE TOMAMOS AFETA O FUTURO DE NOSSOS FUNCIONÁRIOS, NOSSOS NEGÓCIOS, NOSSAS COMUNIDADES E NOSSO PLANETA. POR ISSO, É PRECISO COLOCAR AS PESSOAS E O NOSSO PLANETA EM PRIMEIRO LUGAR, A PARTIR DE UMA ESTRATÉGIA SÓLIDA DE PRIORIDADES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ESG).” ESSA É A CONSIDERAÇÃO DE GISELA BELLINELLO, VICE-PRESIDENTE DE OPERAÇÕES DA MEDTRONIC NO BRASIL, SOBRE A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES DE ESG.

Para Bellinello, a implementação de políticas ESG deve começar com a avaliação das áreas de impacto para definir metas específicas de sustentabilidade e governança. “Na Medtronic, os esforços ESG são pautados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da ONU.”

Diante disso, a Medtronic identificou oito ODS nos quais a empresa pode causar maior impacto. São eles: ODS 3- Saúde e Bem-Estar; ODS 4- Educação de Qualidade; ODS 5- Igualdade de Gênero; ODS 8- Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis; ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima; ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

A executiva considera que os principais desafios da implementação dessas ações passam desde os custos elevados para a adoção das práticas sustentáveis, até pela mudança de cultura organizacional necessária para implementação das medidas. No entanto, a partir de uma liderança consciente e de estratégias de curto, médio e longo prazo, é possível implementar as mudanças necessárias. “Na Medtronic, por exemplo, apostamos nas parcerias estratégicas e nas inovações tecnológicas para otimizar recursos. Além disso, há anos as necessidades ESG são parte integrante do negócio. Dessa forma, as estratégias já estão inseridas nas nossas práticas de negócio.”

Nesse sentido, há também o desafio de mudar a mentalidade e, para isso, Bellinelli aposta em programas de treinamento e conscientização voltados para as práticas ESG. “Mas mais do que isso, a cultura organizacional deve ser reforçada por meio de lideranças que exemplifiquem os valores

ESG e promovam uma abordagem focada no impacto social e ambiental positivo, integrando esses valores ao propósito da empresa.”

No que tange ao pilar de diversidade, equidade e inclusão, a Medtronic entende ser esse tema uma parte estratégica do negócio, não apenas internamente, mas perante o mercado. “Acreditamos que, ao longo da jornada profissional, não basta atrair os talentos, devemos também trabalhar para eliminar as barreiras estruturais, sociais e culturais que possam interferir no acesso igualitário de oportunidades para os inúmeros perfis que compõem a equipe de colaboradores.”

Hoje, além de lideranças que são exemplos vivos dessa diversidade, a empresa também conta com grupos de afinidade de funcionários autogeridos e de participação voluntária que ajudam a colocar em prática as estratégias que propostas. “Estes grupos (Employer Resource Groups - ERGs) provaram ser um sistema de apoio dentro da Medtronic para educar a população interna de forma geral, atrair, desenvolver e reter talentos, impulsionando carreiras de grupos minoritários a partir do envolvimento em comunidade.”



ESG

De 2016 a 2023, a adesão aos ERGs quase triplicou. Globalmente, a empresa possui cerca de 26 mil membros em ERGs de 70 países, o que representa 28% dos colaboradores globais, demonstrando que é possível mudar mentalidades e realidades a partir de políticas eficazes e consistentes.

As ações devem ser norteadas a partir dos objetivos definidos, de forma a gerar impacto positivo na sociedade. “Prezamos pelas ações que promovam a inclusão, reduzam as desigualdades e ampliem o acesso a cuidados de saúde de qualidade, além de priorizar a segurança e bem-estar dos pacientes em todas as fases do desenvolvimento das nossas soluções e produtos.”

Bellinello vê ainda uma grande oportunidade de avanço quando se trata de diversidade e inclusão na área da saúde. “Estamos trabalhando para isso com ações como o Elisa (Edições de Livre Iniciativa de Solidariedade e Apoio), programa de mentoria direcionado a médicas em início de carreira que optaram por especialidades ainda dominadas por homens, com o intuito de fomentar a presença feminina na medicina. Além disso, já conquistamos a meta de ter mais de 50% de mulheres em cargos de liderança no Brasil.”





Filipe Xavier,
Head of Comms, ESG
& Branding da GE
HealthCare

O USO EFICIENTE DE MATERIAIS

“Acreditamos na mudança de mentalidade que deve envolver todos da empresa e, principalmente, parceiros e clientes”, pontua Filipe Xavier, da GE HealthCare

MUNDIALMENTE, O SETOR DE SAÚDE É RESPONSÁVEL POR 4,4% DAS EMISSÕES CLIMÁTICAS E MAIS DA METADE DA PEGADA DO SEGMENTO É ATRIBUÍVEL AO USO DE ENERGIA — PRINCIPALMENTE AO CONSUMO DE ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR E FORNECIMENTO DE AR-CONDICIONADO — COMBINADO COM EMISSÕES OPERACIONAIS. EM FACE DAS CRESCENTES AMEAÇAS ADVINDAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESIGUALDADES E DISPARIDADES GLOBAIS DE SAÚDE, A ADESÃO AOS PRINCÍPIOS DE ESG TORNOU-SE UMA MISSÃO AINDA MAIS IMPERATIVA.

Na GE HealthCare, o plano para reduzir as emissões de carbono, por exemplo, consiste na redução das emissões **de Escopo 1 com investimentos** em medidas de eficiência energética e na redução direta de gases de efeito estufa. Projetos implementados em anos anteriores para modernizar e otimizar equipamentos geraram reduções em 2023 e, no ano passado, foi possível reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 5.800 toneladas.

Monitorar as emissões de CO2 e compreender o impacto que as atividades da companhia geram ao longo do processo produtivo e do seu entorno é um compromisso importante quando o assunto é ESG.

Nesse sentido, os escopos 1, 2 e 3 fazem parte de uma classificação para emissões de gases de efeito estufa (GEE), conforme o Protocolo de Gases de Efeito Estufa (Greenhouse Gas Protocol), usado para medir e categorizar as emissões de uma organização.

Esses escopos ajudam a identificar e gerenciar a pegada de carbono da organização de forma integral, promovendo estratégias de sustentabilidade que cobrem toda a cadeia de valor. Eles estão divididos em:

- Escopo 1:** Emissões diretas de fontes que pertencem ou são controladas pela organização. Isso inclui emissões de veículos próprios, maquinário e processos industriais que usam combustíveis fósseis. Exemplo: emissões de uma fábrica ou da frota de veículos da empresa.

- Escopo 2:** Emissões indiretas provenientes do consumo de energia comprada pela organização, como eletricidade, calor ou vapor, que é gerada fora da empresa, mas utilizada nas suas operações. Exemplo: eletricidade usada para iluminar os escritórios.

- Escopo 3:** Emissões indiretas que ocorrem na cadeia de valor da empresa, mas não são controladas por ela diretamente. Esse escopo é mais amplo e inclui, por exemplo, as emissões geradas por fornecedores, transporte de produtos terceirizado e o uso e descarte de produtos pelos consumidores.

Além disso, a empresa assumiu o compromisso com o design consciente, considerando o impacto ambiental em todas as etapas: fabricação, fornecimento, distribuição, instalação e serviços. Isso inclui aumentar a eficiência energética dos produtos, otimizar o uso de materiais raros ou limitados, fornecer análises preditivas e serviços de manutenção digitais e remotos e oferecer opções de remanufatura e reciclagem ao final da vida útil do produto.

“Nossa meta é reduzir as emissões operacionais de gases do efeito estufa (Escopo 1 e 2) em 42% e nossas emissões de Escopo 3 de bens e serviços adquiridos, transporte e distribuição, viagens de negócios e uso de produtos vendidos em 25% até 2030, em comparação com o ano base de 2022. Essas metas são marcos intermediários para a jornada que idealizamos, de zerar todas as emissões até 2050”, explica Filipe Xavier, Head of Comms, ESG & Branding na GE HealthCare.

Primeiros passos

A implementação de tecnologias inovadoras é, segundo Xavier, o primeiro passo para a incorporação de políticas ESG para enriquecer a experiência do cliente, oferecendo soluções cada vez mais eficazes e sustentáveis. “Acreditamos que o avanço da medicina de precisão, a melhoria na digitalização da assistência médica e o aumento do acesso a cuidados de qualidade são fundamentais para alcançar esse objetivo. Estamos comprometidos em apoiar uma economia mais circular para maximizar o uso eficiente de materiais e minimizar desperdícios.”

Exemplo disso está o aumento do uso de energia renovável da empresa de 13% em 2022 para 21% em 2023 e a expectativa para este ano é seguir com a expansão. “Alcançamos esse avanço por meio de uma combinação de medidas como geração de energia renovável em nossas unidades, compra de energia de fornecedores verdes e utilização de certificados de energia renovável”, ressalta.

O compromisso com a extensão da vida útil de produtos é outro importante passo rumo ao ESG, abordagem essa que não apenas re-

presenta uma economia significativa de recursos, mas também promove uma mentalidade de consumo responsável.

Há também o importante compromisso com o uso de energia nas complexas cadeias de suprimentos. “Isso não apenas alinha a empresa com metas ambientais globais, mas também se apresenta como uma visão mais ampla de responsabilidade corporativa.”

Nesse sentido, a unidade da GE Healthcare na Ciudad Juárez, no México, passou a dar outro destino para os retalhos de PVC provenientes da produção de braçadeiras para medição da pressão arterial. “Esse material totalizava 624 toneladas de material descartado por ano. Diante desse desafio ambiental, a nossa equipe encontrou uma solução sustentável: em vez de descartar esses resíduos de PVC, transformou o material em um novo produto — solas de sapatos. Essa abordagem não apenas contribui para a redução substancial de resíduos, mas também promoveu a economia de recursos valiosos.”

Mudança de mentalidade

Para Xavier, entre os desafios ESG está o engajamento das lideranças e o suporte financeiro necessário para abraçar a causa, uma vez que a adoção de práticas sustentáveis frequentemente demanda investimentos que nem sempre geram retornos imediatos.

“Esse é um contexto no qual o equilíbrio entre visão estratégica e responsabilidade ambiental se entrelaçam, e onde a busca pela sustentabilidade representa uma jornada que requer esforço contínuo e um comprometimento a longo prazo”, reforça.

Na GE HealthCare, um plano de ação a curto e longo prazos foi traçado. O grupo, gerenciado por colaboradores, se uniram em um time chamado Green Team Network – criado no Brasil em 2022 –, visando garantir a captura de oportunidades e a inclusão do tema ESG em qualquer novo projeto.

O grupo também promove a conscientização fora da empresa por meio dos colaboradores, por meio de iniciativas como o uso de etanol em vez de gasolina, redução do consumo de energia e água, reciclagem de resíduos e uso de copos de vidro, e não descartáveis.

“Acreditamos na mudança de mentalidade sobre ESG, que deve envolver todos da empresa e, principalmente, parceiros e clientes. Iniciativas conjuntas que movimentem o setor para um mercado mais sustentável”, salienta Xavier.

Assim, a GE Healthcare tem investido em uma ação que está em fase piloto. Trata-se do reuso das embalagens de madeira, nas quais os equipamentos da companhia são entregues aos clientes. A ideia é que essas madeiras sejam destinadas à geração de energia renovável.

Em 2022, o projeto gerou 2.014 ações entre os funcionários, incluindo replantio de árvores, coleta seletiva, colaboração com ONGs e implementação de práticas ambientais, entre outras iniciativas.



GE Healthcare tem investido em uma ação que está em fase piloto. Trata-se do reuso das embalagens de madeira, nas quais os equipamentos da companhia são entregues aos clientes. A ideia é que essas madeiras sejam destinadas à geração de energia renovável.



Oportunidades ESG no setor da Saúde para as instituições e parceiros

- Prolongar a vida útil dos equipamentos médicos: utilização de opções de atualização para reduzir o descarte e aumentar a longevidade.
 - Realizar parcerias para descarte responsável: ao final da vida útil do produto, é importante contar com fornecedores para opções de reciclagem e recuperação de peças.
 - Optar por equipamentos remanufaturados: considerar a aquisição de equipamentos médicos remanufaturados em vez de novos para reduzir o descarte.
- Reduzir o lixo hospitalar: priorizar equipamentos reutilizáveis em detrimento de descartáveis.
 - Gestão adequada de resíduos: garantir a destinação correta dos resíduos hospitalares e a implementação de programas de reciclagem.
 - Atualizações para maior durabilidade: aumentar a vida útil do seu produto com atualizações de hardware e software.

Adriana Costa,
diretora-geral da Siemens
Healthineers no Brasil



COMPROMISSO DE TODOS

Para Adriana Costa, da Siemens Healthineers no Brasil, “a sustentabilidade deve ser holística”

“O PASSO MAIS IMPORTANTE PARA QUE AS POLÍTICAS SEJAM DE FATO IMPLEMENTADAS É TER CLAREZA DAS METAS QUE PRECISAM SER ALCANÇADAS E DEFINIR OBJETIVOS MENSURÁVEIS QUE DEVEM SER COMPARTILHADOS COM TODAS AS PESSOAS NA ORGANIZAÇÃO”. ESSA É A CONSIDERAÇÃO DE ADRIANA COSTA, DIRETORA-GERAL DA SIEMENS HEALTHINEERS NO BRASIL, SOBRE COMO IMPLEMENTAR POLÍTICAS ESG NA INDÚSTRIA DE DISPOSITIVOS MÉDICOS.

No caso da Siemens Healthineers, a empresa aderiu ao Pacto Global da ONU, se comprometendo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com ênfase nas ODSs 3, 5 e 12: “Saúde e Bem-estar”, “Equidade de gênero” e “Produção e consumo sustentável”.

“Também estamos comprometidos com o Net zero até 2050, buscando reduzir em 90% nas emissões dos Escopos 1 e 2, até 2030, e também em 28%, até 2030, e 90%, até 2050, nas emissões do Escopo 3. Junto com nossos clientes, nos concentraremos na preservação de recursos criando uma cadeia de valor descarbonizada e mais circular. Também ajudaremos os provedores de serviços de saúde a atingir suas metas de sustentabilidade com nossos produtos e serviços EcoDesigned”, explica.

Em relação a equidade de gênero, a empresa tem a meta de alcançar 30% da liderança feminina até 2030. “Temos o programa W2G (Women to Grow), uma iniciativa de desenvolvimento de talentos para mulheres com

potencial de liderança que acontece em mais de sete países. E olhando para a diversidade e engajamento dos nossos times, incentivamos o voluntariado nos comitês internos de DE&I, sendo eles: o WINS (gênero), Minhas Raízes, meu Orgulho (etnia), PCD's e LGBTQIA+."

A implementação dessas políticas apresenta desafios significativos, que exigem uma abordagem estratégica e coordenada para serem superados. Um dos principais desafios, segundo Costa, é integrar a sustentabilidade em todas as áreas da cadeia de valor, garantindo que as metas sejam alcançadas sem comprometer a eficiência operacional ou a qualidade dos produtos. "Superamos essa questão trabalhando em colaboração com nossos clientes e parceiros para construir uma cadeia mais sustentável, o que exige um esforço conjunto para inovar em processos de produção e logística."

Falar em ESG demanda uma visão clara e o compromisso de todos na organização, desde a liderança até as operações, garantindo que as iniciativas estejam no centro da estratégia de negócios.

Para tanto, a executiva acredita que o primeiro passo é integrar a sustentabilidade e as questões sociais como pilares estratégicos do negócio, demonstrando como essas práticas não são apenas um complemento, mas essenciais para o crescimento a longo prazo.

"Também entendemos que o enfrentamento dos desafios ecológicos e de acesso à saúde não pode ser realizado por uma única organização. Por isso, na nossa estratégia investimos fortemente em parcerias globais e regionais que se

ESG



complementam com o envolvimento ativo de nossos colaboradores. No contexto da sustentabilidade, os parceiros são ONGs, fundações e organizações multilaterais”, explica.

Costa ainda ressalta: “A sustentabilidade no nosso setor deve ser holística, abrangendo desde a eficiência no uso de recursos até a promoção de igualdade e acesso a cuidados de saúde de qualidade. Entendemos nossa responsabilidade e temos como compromisso ampliar o acesso à saúde.”

Nesse sentido, destaca-se o projeto da OpenCare5G com o Hospital das Clínicas e outros parceiros que visa atender as comunidades ribeirinhas da região Amazônica com exames de ultrassom e tomografia.

“Acredito que ainda é preciso avançar na co-criação de soluções integradas, com foco na inovação e na jornada dos pacientes. A colaboração pode acelerar indicadores socioambientais positivos e fortalecer processos baseados em transparência e integridade. Além disso, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas para viabilizar e expandir práticas sustentáveis no setor”, finaliza Costa.

METAS E TRANSPARÊNCIA

“É importante que tenhamos objetivos de curto e longo prazos na área de ESG para que o impacto e o progresso sejam uma realidade”, ressalta Thaiane Rezende, da Johnson & Johnson Brasil

O DESENVOLVIMENTO AMPARADO POR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE SOCIAL E ÉTICA DEIXOU DE SER UMA SIMPLES TENDÊNCIA, E SE CONSOLIDOU COMO UMA PREMISSA INESCAPÁVEL PARA AS INSTITUIÇÕES.

Na saúde, de forma geral, os pilares de ESG desempenham um papel fundamental na manutenção da sustentabilidade e do crescimento do segmento. E é possível notar que a indústria já está se movimentando. Segundo uma pesquisa da Deloitte, realizada em 2024 com 300 executivos de empresas de grande porte, 80% das companhias de saúde que participaram do relatório afirmaram terem criado alguma função ou responsabilidade interna para se prepararem para o possível aumento das exigências regulatórias de ESG ou outras exigências de divulgação.



Thaianne Rezende,
Gerente de ESG da
Johnson & Johnson Brasil

O estudo também aponta que 32% dessas empresas de saúde notaram um progresso significativo em relação às metas ESG, enquanto os entrevistados de outros setores apontaram um avanço de 25%.

O avanço dessas boas práticas, que consideram também o impacto ambiental, o acesso à saúde, a segurança dos pacientes, o bem-estar dos colaboradores, a concorrência íntegra e o combate à corrupção, só tem a agregar ao sistema de saúde e suas áreas correlatas, como a indústria farmacêutica e de dispositivos médicos.

“É importante que tenhamos objetivos de curto e longo prazos na área de ESG, projetos concretos e que sejam monitorados de maneira contínua para que o impacto e o progresso sejam uma realidade. Também é importante que as iniciativas sejam parte da estratégia do negócio, sempre buscando maneiras alinhadas às boas práticas de ESG para o crescimento da companhia e o desenvolvimento do mercado”, afirma Thiane Rezende, gerente de ESG da Johnson & Johnson Brasil.

Na Johnson & Johnson, a estratégia de ESG está amparada em três pilares: equidade na saúde global, empoderamento dos funcionários e avanço na saúde ambiental.

Dentre alguns projetos desenvolvidos no Brasil, para a área ambiental, destacam-se o uso de caixas retornáveis e de carros elétricos para a entrega de produtos em São Paulo e

um modelo inovador de estande sustentável, construído com materiais reutilizáveis. “A maior parte dos insumos utilizados serão reaproveitados para outros congressos científicos onde a J&J MedTech estará presente ao longo do ano. Já os resíduos que precisaram ser descartados, são devidamente direcionados para reciclagem.”

Também é feita a compensação de carbono da operação da empresa nesses eventos, desde o estande até as viagens de nossos funcionários, por meio de créditos de carbono, possibilitando que os recursos retirados da natureza sejam repostos, usando projetos socioambientais certificados pela Verra (Carbon Sustainability Programs).

Já na área social, o programa 1000DEVs – Talentos para o Bem capacita jovens em situação de vulnerabilidade para se tornarem desenvolvedores de software. “Também podemos destacar a parceria com a Operação Sorriso existente há 35 anos. Fornecemos gratuitamente as suturas utilizadas nos procedimentos cirúrgicos de reversão da fissura labiopalatina em crianças, incentivamos com que colaboradores participem das missões humanitárias em hospitais, por meio do voluntariado, e estamos suportando a criação de uma linha de cuidado para ampliar diagnóstico e direcionar os pacientes mais rapidamente para tratamento no Sistema Único de Saúde.”

Teoria x prática

Ainda que seja possível observar um movimento em direção a estruturação de métricas e relatórios das ações de ESG na indústria da saúde, a mensuração dos avanços e mudanças alcançadas ainda é um desafio para o setor. Para que isso mude, o engajamento das lideranças e de todas as áreas da companhia é fundamental segundo Rezende.

“É necessário não apenas ver as ações da companhia, mas também de toda a sua cadeia de fornecedores e clientes, para que realmente o ecossistema caminhe junto e em sinergia com o que realmente impactará a saúde das pessoas”, ressalta.

A troca contínua entre diferentes áreas de uma mesma empresa, a conexão com outras companhias e instituições e a participação em eventos são ações que apoiam na ampliação de conhecimento sobre o ESG.

Nesse caminho, a Johnson & Johnson, por exemplo, participa do Hub AYA, uma organização que atua nos setores privado, público e social, conectando empresas, organizações globais e pessoas comprometidas com a jornada de descarbonização. “Nosso objetivo é conectar todos os nossos parceiros para avançarmos juntos nesta jornada. O envolvimento ativo junto à sociedade civil e autoridades também pode auxiliar no processo de definição de prioridades e execução das iniciativas de ESG.”

PARCERIAS SÓLIDAS

Carlos Martins, da Roche Diagnóstica no Brasil: “A colaboração entre stakeholders é essencial para avançar as agendas de saúde e sustentabilidade de maneira conjunta”

O PRINCÍPIO DE VALOR COMPARTILHADO EM ESG, QUE ENVOLVE A GERAÇÃO DE VALOR ECONÔMICO PARA OS NEGÓCIOS E PARA A SOCIEDADE, CONVERSA TOTALMENTE COM O MODELO DE NEGÓCIOS DA ROCHE DIAGNÓSTICA NO BRASIL BASEADO NO “TRIPLE WIN”, CUJO OBJETIVO É GERAR VALOR COMPARTILHADO PARA A ORGANIZAÇÃO, PACIENTES E SOCIEDADE.

“Se queremos ir além e gerar valor em toda a nossa cadeia, esse passo começa internamente, na forma como nos estruturamos para reduzir o nosso impacto no meio ambiente, tanto com a oferta de um ambiente de trabalho que atenda os mais altos padrões ambientais, como com o uso de tecnologias e soluções que aprimorem nossos processos produtivos e operacionais”, ressalta Carlos Martins, presidente da Roche Diagnóstica no Brasil, empresa que, até 2023, foi reconhecida por 15 anos consecutivos como uma das empresas mais sustentáveis do setor farmacêutico no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.



Carlos Martins,
presidente da Roche
Diagnóstica no Brasil

A implementação de políticas ESG na indústria de dispositivos médicos começa, de acordo com Martins, com a mudança de mindset e adaptação cultural para os conceitos de ESG inserindo nos valores da empresa pela governança, de forma vertical pelo comitê executivo, liderando o engajamento dos colaboradores. “As empresas precisam de um auto diagnóstico identificando os pontos de impactos ambientais, sociais e de governança, desde a cadeia de suprimentos até a destinação final dos produtos.”

Há ainda a necessidade de um alinhamento com a visão e missão da companhia, afim de garantir que a estratégia ESG esteja lado a lado com os objetivos de curto, médio e longo prazo da empresa.

Isso envolve ações de benchmarks para analisar as práticas de outras empresas do setor e de outros setores que já implementaram iniciativas ESG, no Brasil e no mundo com sucesso. “A parceria com a ABIMED na construção de políticas e fórum técnicos em ESG é de fundamental importância, para contribuir em futuras políticas públicas. Assim como implantar um comitê de sustentabilidade, com pessoas focadas 100% em ESG e iniciar um processo para gerar um relatório de sustentabilidade anual, para o público interno e externo, transparência para os acionistas da empresa e futuros clientes”, afirma.

Martins ressalta também que, apesar de muitas vitórias, ainda há um caminho a percorrer, que exige o envolvimento de todos os agentes da cadeia: indústria, governo, médicos, associações de pacientes, agências regulatórias, entre outros. “Nós precisamos trabalhar de forma integrada (Indústria, Governo, Saúde Suplementar, Hospitais, Operadoras de Saúde, Associações de Pacientes e Sociedade Civil) para reduzir, cada vez mais, a lacuna que existe entre o avanço tecnológico, sustentabilidade e a disponibilização das inovações aos pacientes. Nossas ambições de inovação e sustentabilidade na jornada do paciente só são possíveis com parcerias sólidas. A colaboração entre stakeholders é essencial para avançar as agendas de saúde e sustentabilidade de maneira conjunta.”

ESG no dia a dia

No Brasil, a gestão da sustentabilidade da Roche é realizada por um grupo multidisciplinar, com experts responsáveis por cada um dos pilares: social, ambiental e governança. Cabe a este grupo desenvolver o plano estratégico de ESG da organização, traçando metas e projetos específicos, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Dentre as iniciativas está a plataforma de descarte correto de medicamentos, realizada em parceria entre Roche e a eCycle. O objetivo é minimizar os impactos causados ao meio ambiente pelo descarte de resíduos. A plataforma, que tem abrangência nacional, vem registrando, ano após ano, um aumento significativo no número de acessos, principalmente de pessoas buscando por postos de descarte de medicamentos. Em 2022, por exemplo, foram registrados 48.346 acessos, um aumento de 10% em relação ao ano anterior, com 43.979 acessos.

Outra ação é a utilização de veículos verdes (híbridos ou elétricos) na frota própria da Roche. A reposição da frota própria (veículos dos executivos) é realizada de forma sustentável por veículos híbridos ou elétricos. Esta relação ultrapassa 80% de frota da empresa que caminha para uma frota 100% verde nos próximos dois anos.

“Implementar e executar práticas ESG requer um esforço coletivo e mudança de paradigmas, desde a conscientização interna dos colaboradores até a integração nos negócios da empresa. A sustentabilidade é parte integrante e indissociável da nossa estratégia, por isso, todos os treinamentos realizados pela companhia buscam aprimorar conhecimentos e capacitar a liderança para uma gestão voltada a atingir os objetivos da empresa, com total respeito e observância à redução de impactos”, pontua Martins.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO GESTÃO 2024-2025

Patrícia Frossard – Presidente do Conselho de Administração

Mariana Tolovi – Vice-Presidente do Conselho de Administração

Fabrizio Campolina – Vice-Presidente do Conselho de Administração

Adriana Costa

Aurélio Kalaes Carmona

Bruno Campelo

Cristina Almeida

Eduardo Winston

Felipe Moraes de Azevedo

Guilherme Costa

José Eduardo Pelino

Katsuhide Itagaki

Leonardo Zocal

Valéria Pando

CORPO DIRETIVO

Fernando Silveira Filho - Presidente Executivo

Felipe Dias Carvalho - Diretor Regional de Relações Institucionais e Governamentais – Brasília

Jorge Roberto Khauaja - Gerente de Compliance e Assuntos Legais

Paulo Simas - Gerente de Marketing e Comunicação

Silvio Garcia - Gerente de Relações Institucionais e Governamentais – São Paulo

Tatiana Teixeira - Gerente Administrativa Financeira

REVISTA Vi-TECH

Produção – Grupo Mídia - www.grupomidia.com.br

Direção Editorial – Carla de Paula Barbosa Correa

Redação - Luiza Foster

Projeto Gráfico - Valéria Cristina Vilas Bôas

Edição e Revisão – Carla de Paula Barbosa Correa e Luiza Foster

Fotografia – Envato | Freepik | Canva

A revista **VI-TECH** é uma publicação quadrimestral produzida por Grupo Mídia, sob licença da ABIMED, Av. Ibirapuera, 2315 - 14º andar - Conjunto 143 Platinum Tower Ibirapuera | São Paulo - SP

+55 11 5092-2568 | www.abimed.org.br

Envie seus comentários para comunicacao@abimed.org.br

Para anunciar: Tel: (11) 5092-2568 - Ramal: 2003 | e-mail: comunicacao@abimed.org.br





AV. IBIRAPUERA, 2315 - 14º ANDAR - CONJUNTO 143
PLATINUM TOWER IBIRAPUERA
INDIANÓPOLIS - SÃO PAULO - SP
+55 11 5092-2568 | WWW.ABIMED.ORG.BR